



## Bruno Andre Dotta

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4534851876279720>

Última atualização do currículo em 03/02/2015

Possui graduação em Redes de Computadores - SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina (2008), Cursando Pedagogia pela UDESC - Universidade de Santa Catarina. Atualmente é Técnico Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina na 2 Vara Cível de Campos Novos, atuando no Juizado Especial Cível e Crime como mediador e conciliador. **(Texto informado pelo autor)**

## Identificação

**Nome** Bruno Andre Dotta 

**Nome em citações bibliográficas** DOTTA, B. A.

## Endereço

**Endereço Profissional** Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.  
São João Batista 151  
Centro  
89620000 - Campos Novos, SC - Brasil  
Telefone: (49) 35416433

## Formação acadêmica/titulação

**2013** Graduação em andamento em Pedagogia.  
Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil.

**2009** Graduação em andamento em Direito.  
Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Brasil.

**2006 - 2008** Graduação em Redes de Computadores.  
SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina, SENAI/DR/SC, Brasil.  
Título: CFTV Circuito Fechado de Televisão para utilização em Pequenas Hidroelétricas.  
Orientador: Tiago Moraes.

## Atuação Profissional

**Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, SEDE/SC, Brasil.**

### Vínculo institucional

**2012 - 2014** Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor no Curso Técnico Profissionalizante, Carga horária: 20

**Outras informações** Professor na Rede Estadual de Ensino nos Cursos Técnico Profissionalizante.

**Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, TJ-SC, Brasil.**

**Vínculo institucional****2008 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Técnico Judiciário, Carga horária: 40

**Outras informações**

Técnico Judiciário Lotado na 2 Vara Cível Comarca de Campos Novos. Atuando no Juizado Especial Cível e Crime

## Projetos de desenvolvimento

---

**2012 - Atual**

Light for Life

Descrição: Óculos que auxilia na Locomoção de Pessoas com deficiência Visual.

Situação: Em andamento; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Bruno Andre Dotta - Coordenador.

## Áreas de atuação

---

1. Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Ciência da Computação / Subárea: Sistemas de Computação.
2. Grande área: Ciências Humanas / Área: Educação / Subárea: Planejamento e Avaliação Educacional.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
4. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Política Internacional/Especialidade: Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz.

## Idiomas

---

**Espanhol**

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

**Inglês**

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

## Eventos

---

**Participação em eventos, congressos, exposições e feiras**

1. Mostratec. Light for Life. 2013. (Feira).

## Inovação

---

**Projeto de desenvolvimento tecnológico**

## Outras informações relevantes

---

Membro ativo da JCI Campos Novos



## Plano de Ação Bruno Andre Dotta

---

Com Base na Resolução 194/2014 do CNJ, Instituir a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Considerando o Art. 1º Instituir a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros, nos termos desta Resolução.

Cabe o Poder Judiciário de Santa Catarina e os Membros Eleitos do Comitê Gestor Regional, incentivar e acompanhar as atividades já realizadas na instituição bem como desenvolver projetos visando aperfeiçoamento pessoal e institucionais, em consonância ao art. 2º parágrafo I da Resolução 194/2014, desenvolvendo e alinhado ao plano estratégico visando atender as necessidades do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de modo a orientar os programas e ações a serem desenvolvidas bem como fortalecimento dos projetos já em execução, como as Casas de Cidadania, os Juizados Especiais Extrajudiciais e as Soluções de Conflitos Alternativos, bem como fortalecer parcerias com os órgãos públicos e privados como Faculdades e Prefeituras, e fomentar a participação de magistrados e servidores na governança desta instituição.

O Comitê Gestor Regional do Poder Judiciário de Santa Catarina será norteado pelas seguintes linhas de atuação:

I – Alinhamento ao Plano Estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina partindo da premissa de “Humanizar a Justiça” por meio de uma administração compartilhada e burocrática que visa o crescimento e do desenvolvimento, preocupadas com o futuro da organização de forma organizada e eficaz, bem como correta utilização dos recursos disponibilizadas, de modo a orientar seus programas, projetos e ações;

II – Adequação da estrutura organizacional e do quadro de pessoal, ampliação dos serviços de informações ao públicos através das central de informações já implantadas ou sua criação, com pessoal devidamente habilitado, inclusive orientando a utilizarem o site do Poder Judiciário bem como mostrando suas finalidades haja vista o processo de Transformação dos processos físicos em digitais, conforme previsto no Art. 2º;

III – Adequação Orçamentária: garantir orçamento adequado ao desenvolvimento e continuidade das atividades judiciárias da primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão;

IV – Infraestrutura e Tecnologia: utilizar a infraestrutura e tecnologia já existente ao funcionamento dos serviços judiciários;

V – Governança Colaborativa: fomentar a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais;

VI – Diálogo Social e Institucional: incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política, criando a Justiça Presente como já existe nos Grandes Eventos da Capital passando a todo estado, bem como a Justiça Itinerante onde servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado de SC realizariam visitas em cidades sem comarca instalada visando aproximar a justiça do cidadão bem como evitar deslocamentos desnecessários, e realizando atendimentos a sociedade bem como mediações e conciliação dando maior celeridade e eficácia;

VII – Prevenção e Racionalização de Litígios: adotar medidas com vistas a conferir tratamento

adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau, fortalecendo as Casas das Cidadanias, Juizados Especiais Extrajudiciais, bem como convênios com Faculdades e outras instituições, inclusive Igrejas;

VIII – Estudos e Pesquisas: promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões, realizar estudos em outras comarcas do Brasil e do Exterior visando conhecer projetos que produziram resultados e aplicar as comarcas do estado, Constante capacitação dos magistrados e servidores, com reuniões frequentes, cursos e seminários desenvolvidos pelo Comitê Gestor o Tribunal de Justiça de SC e parcerias com Órgãos Públicos e Privados inclusive valorização dos talentos e projetos desenvolvidos pelos próprios servidores.

IX – Satisfação dos Usuários; ampliar e divulgar os serviços da Ouvidoria Judicial para que possam enviar reclamações sugestões, críticas e elogios relacionados à prestação de serviços judiciais e atividades administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina, analisando com atenção e respeito as manifestação sobre nossos serviços e acolhendo críticas e sugestões, no que for pertinente, poderemos propor mudanças com a finalidade de aperfeiçoar o funcionamento da instituição, contribuindo assim para concretizar a missão do Poder Judiciário que é a de "realizar Justiça, assegurando a todos o acesso com efetividade na prestação jurisdicional.", através de pesquisa de satisfação pelo meio eletrônico e em cada unidade jurisdicionada.